

GRUPOS ESCOLARES

São modos de institucionalização do ensino primário e de escolarização da infância que ocorreram no Brasil, dentro do contexto político social republicano, como uma opção da República brasileira para o desenvolvimento da educação da população, mas, sobretudo, para serem utilizados como vetores de uma política que “interessava em incorporar o povo à nação” (FARIA FILHO, 2000, p. 27). Assim, para Faria Filho, “a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para organizar o ensino, mas como forma de reinventar a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (e dos sujeitos sociais)”. Esse reinventar a escola, para ele, significava, dentre outras coisas: “organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade. (FARIA FILHO, 2000, p. 31). Dito de outro modo, a difusão da instrução primária, *locus* da alfabetização, objetivava a instrumentalização do povo para participação na política, pelo voto, indispensável na consolidação do regime republicano. Além disso, era um “instrumento importante no projeto prometeico de civilização da nação brasileira” (SOUZA, 1998, p. 27). Os primeiros grupos escolares a serem criados, somente para citar alguns, foram: em São Paulo, em 1893; no Rio de Janeiro, em 1897; Paraná e Maranhão, em 1903; em Minas Gerais, em 1906; e na Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina, em 1908. Esses Grupos “somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692” (VIDAL, 2006, p.7). Inicialmente, sua forma de organização se deu com a junção das antigas escolas isoladas, reunidas num só prédio escolar. Com o passar do tempo, foi ganhando forma e uma cultura escolar própria de formação da infância. As características que mais se destacaram nesses modos de institucionalizar o ensino e escolarizar a infância foram: a implementação do ensino (ou do método) intuitivo, que era a aprendizagem pela observação direta das coisas. Segundo Valdemarin, o ensino intuitivo era “entendido pelos seus propositores europeus como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência escolar: formar alunos com domínio insuficiente de leitura e escrita e com noções de cálculo

insatisfatórias, principalmente pelo fato de alicerçar a aprendizagem exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição” (VALDEMARIN, 1998, p. 67); o ensino simultâneo, que era uma prática de ensinar com um professor lecionando para vários alunos ao mesmo tempo; a seriação do ensino, que se destacava pela organização das turmas por faixa etária, num mesmo prédio escolar, com um diretor(a) e com professores específicos para cada série, iniciando na primeira até a quarta série, com uma distribuição hierárquica de saberes específicos para cada tempo de aprendizagem. Ressalta-se que o cargo de direção foi uma novidade introduzida pelos grupos escolares. Em Minas, o cargo de direção era exercido tanto por homens como por mulheres. Na capital, pelo menos até a década de 20 do século XX, o cargo era ocupado por mulheres, sendo que, no interior do Estado, o cargo, em muitos dos estabelecimentos, era ocupado por homens. A organização do saber a ser ensinado e a orientação de como este deveria ser ensinado foram as bases sobre as quais os grupos escolares foram criados. Essa forma de organização do saber trouxe a novidade da ideia de curso. Assim, “o curso era entendido como uma divisão de alunos, mais ou menos homogeneamente, em classes distintas, com um(a) professor(a) ensinando cada uma delas, um programa de ensino que previa um conjunto de disciplinas com seus respectivos conteúdos, distribuídos por séries até completar o universo de duração de quatro anos” (GONÇAVES, 2006, p. 32).

IRLEN ANTÔNIO GONÇALVES

FARIA FILHO, L. M. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

GONÇALVES, I. A. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VALDEMARIN, V. T. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; ALMEIDA, J. S. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 1998.

GONÇALVES, I.A. Grupos escolares. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, D. G. (Org.) *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

GONÇALVES, I.A. Grupos escolares. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM